

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Caso haja em sua prova itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Nos itens constituídos pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "Espaço livre" — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto CB1A1AAA

1 Além de ter incorporado, no desempenho de seus
cargos, conceitos como os da transparência e da
impressoalidade, décadas antes de eles serem consolidados na
4 Constituição Federal de 1988, o renomado escritor Graciliano
Ramos foi um gestor em busca da eficiência e que agia com
extremo zelo com os recursos públicos.

7 Não se trata apenas do seu combate ao
patrimonialismo e ao nepotismo, mas também do que se
designa, hoje, de foco no resultado com responsabilidade
10 fiscal. Um exemplo disso é o fato de que, como prefeito de
Palmeira dos Índios, município do agreste alagoano, de 1928
a 1930, ele construiu estradas gastando menos da metade do
13 que se costumava gastar por quilômetro construído pela
administração do estado.

O autor foi, também, um gestor público visionário que
16 investia em planejamento urbano, fiscalizava obras
pessoalmente e priorizava medidas preventivas para evitar
desastres naturais, como enchentes.

Internet: <www.agendaa.com.br> (com adaptações).

A respeito das ideias e dos aspectos linguísticos do texto
CB1A1AAA, julgue os itens a seguir.

- 1 A locução “Além de” (l.1) estabelece uma relação de adição no período em que ocorre.
- 2 O referente da forma pronominal “eles” (l.3) é o termo “cargos” (l.2).
- 3 Sem prejuízo dos sentidos originais e da correção gramatical do texto, o trecho “Não se trata apenas do seu combate ao patrimonialismo e ao nepotismo” (l. 7 e 8) poderia ser assim reescrito: Isso não se trata somente do combate do escritor contrário ao patrimonialismo e ao nepotismo.
- 4 Depreende-se do texto que Graciliano Ramos, além de literato, foi um administrador público cujo estilo de trabalho pode ser atualmente considerado modelo em gestão pública.
- 5 O texto trata da biografia de Graciliano Ramos e informa os motivos que o levaram a abandonar o ofício de escritor para se dedicar à política.

No que se refere aos aspectos linguísticos e aos mecanismos de construção da argumentação do texto CB1A1AAA, julgue os próximos itens.

- 6 Infere-se que na oração introduzida por “mas também” (l.8) está elíptico o verbo **tratar-se**.
- 7 A correção gramatical e os sentidos originais do texto seriam mantidos caso o trecho “se designa” (l. 8 e 9) fosse alterado para **vem designar**.
- 8 O elemento “disso” (l.10) retoma “foco no resultado com responsabilidade fiscal” (l. 9 e 10).
- 9 O elemento “ele” (l.12) refere-se a “prefeito” (l.10).
- 10 A oração introduzida pela expressão “mas também” (l.8) introduz uma ideia que complementa e reforça a ideia contida na oração imediatamente anterior a ela.

Texto CB1A2AAA

1 No direito brasileiro convencional, a relação entre a
espécie humana e as demais espécies animais limita-se à tutela
dos animais pelo poder público em função da sua utilidade
4 enquanto fauna brasileira intrínseca ao meio ambiente
equilibrado. Alguns doutrinadores brasileiros inovadores
defendem a existência de um direito animal, ou seja, de direitos
7 garantidos aos animais não humanos como sujeitos.

A Constituição de 1988 contém uma norma que
protege os animais, independentemente de sua origem ou
10 classificação. Porém, a proteção que lhes é garantida baseia-se
em um argumento puramente utilitarista: os animais são
protegidos com a finalidade de garantir um hábitat saudável às
13 atuais e futuras gerações humanas.

Desprovidos de valor próprio e de relevância jurídica
no direito penal, os animais são tema de direito civil. Ainda são
16 estudados na atualidade brasileira, sob a influência do direito
romano, como simples coisas semoventes, como se
desprovidos fossem da capacidade de sentir dor ou apego. Em
19 jurisprudência majoritária, são apenas objetos que possuem a
capacidade de se mover e que podem proporcionar lucros aos
seus proprietários.

Nathalie Santos Caldeira Gomes. **Ética e dignidade animal**.
Internet: <www.publicadireito.com.br> (com adaptações).

No que se refere aos aspectos linguísticos do texto CB1A2AAA, julgue os itens seguintes.

- 11 Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do texto, o trecho “são protegidos” (ℓ. 11 e 12) poderia ser substituído por **protegem-se**.
- 12 A correção gramatical e a coerência do texto seriam mantidas caso o vocábulo “inovadores” (ℓ.5) fosse isolado por vírgulas.
- 13 A oração “que protege os animais” (ℓ. 8 e 9) delimita o sentido do termo “norma” (ℓ.8).
- 14 O emprego do sinal indicativo de crase em “à tutela dos animais” (ℓ. 2 e 3) é facultativo.
- 15 Caso fosse inserida vírgula após “poder público” (ℓ.3), a correção gramatical do texto seria mantida.

Acerca dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto CB1A2AAA, julgue os itens a seguir.

- 16 A inserção de uma vírgula imediatamente após “objetos” (ℓ.19) manteria a correção gramatical e o sentido original do período.
- 17 A correção gramatical e o sentido original do texto seriam preservados caso a conjunção “Porém” (ℓ.10) fosse substituída por **Mas**.
- 18 No segundo parágrafo, o trecho que se segue aos dois-pontos descreve aquilo em que consiste o “argumento puramente utilitarista” (ℓ. 11).
- 19 A oração “Desprovidos de valor próprio e de relevância jurídica no direito penal” (ℓ. 14 e 15) introduz no período uma ideia de concessão, razão por que poderia ser corretamente introduzida por **Embora**, feito o devido ajuste na inicial maiúscula da palavra “Desprovidos”.
- 20 Caso os termos “coisas semoventes” (ℓ.17) e “objetos que possuem a capacidade de se mover” (ℓ. 19 e 20) fossem intercambiados, a correção e o sentido do texto seriam mantidos.

Considerando o Código de Conduta do Conselho da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus, as regras para provimento de cargos públicos, direitos e vantagens bem como o regime disciplinar dos servidores públicos, julgue os itens a seguir.

- 21 No Tribunal Regional Federal da 1.^a Região, compete aos gestores garantir que analistas e técnicos judiciários, estagiários e prestadores de serviço sigam os preceitos estabelecidos no referido Código de Conduta.
- 22 **Situação hipotética:** Em 2015, Lucas, servidor público federal, foi aposentado por invalidez. Em 2016, a junta médica oficial declarou insubsistentes os motivos de sua aposentadoria. **Assertiva:** Nessa situação, Lucas deverá ser reintegrado, mas, se o seu cargo anterior estiver provido, ele deverá aguardar em disponibilidade até o surgimento de nova vaga.
- 23 Embora possa autorizar consignação em folha de pagamento em favor de terceiro, servidor público federal está impedido de consignar parte de sua remuneração para amortizar despesas contraídas com o uso de cartão de crédito.
- 24 **Situação hipotética:** Rafael e Caio, servidores públicos federais, respondem, cumulativamente, a processos administrativo e criminal por atos cometidos no exercício de suas funções. Na esfera criminal, Rafael foi absolvido por ter comprovado a inexistência do fato; Caio foi absolvido por ter apresentado prova de não ter sido o autor do fato. **Assertiva:** Nessa situação, Rafael e Caio não poderão ser responsabilizados administrativamente.

- 25 **Situação hipotética:** Em 2015, Joaquim, servidor público federal, aposentou-se voluntariamente. Em 2016, comprovou-se que Joaquim, em 2015, ainda no exercício de suas funções, havia cometido ato de improbidade administrativa. **Assertiva:** Nessa situação, a aposentadoria de Joaquim deverá ser cassada.

Considerando o Regimento Interno do TRF da 1.^a Região, julgue os itens a seguir.

- 26 Os incidentes de resolução de demandas repetitivas propostos no TRF da 1.^a Região são processados e julgados pela Corte Especial do tribunal.
- 27 Os processos que forem distribuídos às turmas ou às seções do TRF da 1.^a Região poderão ser por elas remetidos à Corte Especial quando for conveniente o seu pronunciamento para prevenir divergências entre as seções.
- 28 No TRF da 1.^a Região, caberá ao presidente de cada turma prestar informações em *habeas corpus* depois que o relator exaurir a sua competência jurisdicional.
- 29 Quando a seção do TRF da 1.^a Região responsável por matérias penais processa e julga determinada ação, a competência para a revisão criminal de seu julgado é da Corte Especial do tribunal.

Ainda no que diz respeito ao Regimento Interno do TRF da 1.^a Região, julgue os itens seguintes.

- 30 Na hipótese de, em processo no tribunal, o relator proferir decisão interlocutória sobre a qual uma das partes interponha agravo de instrumento, a sustentação oral somente será possível se a decisão versar sobre tutela provisória de urgência ou de evidência.
- 31 Quando, em turma do tribunal, o resultado do julgamento de apelação não for unânime, deverão ser convocados novos julgadores, em número suficiente para que se garanta a possibilidade de alteração do resultado da decisão devendo, nessa convocação, ser observada a ordem decrescente de antiguidade na seção.
- 32 Nos processos de competência originária e recursal do tribunal, as custas, que incluem os preços cobrados pelo fornecimento de cópias autenticadas, serão pagas antecipadamente ou garantidas por depósito.
- 33 No tribunal, o relator de processo apreciará pedido de entidade para ingressar como *amicus curiae*; no caso de indeferimento, cabe recurso ao presidente do tribunal.

Com relação a atos de improbidade administrativa e a dispositivo da Resolução CNJ n.º 230/2016, julgue os itens a seguir.

- 34 Nos órgãos do Poder Judiciário, pelo menos 1% dos servidores e funcionários deverão estar capacitados para uso e interpretação da língua brasileira de sinais (LIBRAS).
- 35 O servidor público que retardar ou deixar de praticar ato de ofício indevidamente responderá por improbidade administrativa apenas no caso de o ato ter sido praticado por ação ou omissão dolosa.

A respeito dos direitos da pessoa portadora de deficiência, julgue os itens a seguir, considerando a legislação pertinente.

- 36 O Ministério Público exige que os semáforos nas vias públicas sejam equipados com mecanismo que emita sinal sonoro ou outro alternativo como guia ou orientação para a travessia de pessoas portadoras de deficiência visual, independentemente da intensidade do fluxo de veículos e a periculosidade da via.
- 37 Ainda que tenha como objeto instruir ação civil para a defesa de direitos difusos de pessoa portadora de deficiência, o poder público poderá se recusar a fornecer certidão requerida pelo interessado.
- 38 Ainda que a carta de habite-se tenha sido emitida antes de as exigências de acessibilidade constarem na legislação específica, a sua renovação dependerá de serem observadas e certificadas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT.
- 39 É dever estatal, explícito na Constituição Federal, a instituição de programas de prevenção e atendimento especializado para portadores de deficiência física, sensorial ou mental.
- 40 No caso de uma família imediata declarar não possuir condições de cuidar de uma de suas crianças por ser portadora de deficiência, as autoridades brasileiras deverão encaminhar a criança a uma família substituta na comunidade, como prevê a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da qual o Brasil é signatário.

Texto CB1A6AAA

A centralidade das relações entre a argumentação e a questão da autoridade tornou-se, nos nossos dias, ainda mais evidente, com a especialização dos saberes e com a emergência da figura dos especialistas ou peritos. A complexidade da nossa sociedade levou a que se incrementasse a especialização, e esta — por menos que gostemos disso — aumenta a nossa confiança nas figuras de autoridade. Não estamos aptos a inspecionar, por nós próprios, provas em todos os domínios da atividade humana, logo, fazemos a melhor coisa que nos é possível fazer: confiamos em especialistas devidamente credenciados.

Charles Arthur Willard. *A theory of argumentation*. Tuscaloosa, Alabama, EUA: The University of Alabama Press, 1989, p. 227 (com adaptações).

Considerando aspectos concernentes ao raciocínio analítico, julgue os itens subsequentes, relativos ao texto CB1A6AAA.

- 41 Conforme a argumentação desenvolvida no texto, peritos não mentem. Logo, se eles disserem, por exemplo, que o melhor modo de prevenir uma guerra é estar preparado para ela, as pessoas deverão tomar como verdadeira essa afirmação.
- 42 Infere-se do texto que, não sendo o conhecimento acessível a cada ser humano nas diversas áreas de especialização, é preciso consultar os peritos nessas áreas e neles confiar.
- 43 O texto centra-se na premissa de que, com a especialização dos saberes, a confiança nos especialistas tornou-se uma deficiência inevitável, que alija qualquer pensamento crítico.

Texto CB1A6BBB

O uso de animais em pesquisas e testes científicos é submetido a comitês de ética com o intuito de evitar procedimentos que lhes causem sofrimento ou dor. Caso o Brasil abolisse a prática de testes desse tipo, a ciência brasileira se tornaria dependente da tecnologia externa. Como cientista, posso apresentar exemplos de ações que custaram a vida de animais, mas que salvaram muitas vidas humanas.

Internet: <g1.globo.com> (com adaptações).

Considerando aspectos pertinentes ao raciocínio analítico, julgue os próximos itens, relativos ao texto CB1A6BBB.

- 44 No início do último período do texto, o emprego do termo “cientista” faz pressupor que o autor do texto se especializou em alguma ciência natural ou se dedica a ela e que, por isso, tem autoridade para tratar do tema.
- 45 No trecho “posso apresentar exemplos de ações que custaram a vida de animais, mas que salvaram muitas vidas humanas” — no último período do texto —, emprega-se um argumento fundamentado em um raciocínio falacioso de indução.

Em uma reunião de colegiado, após a aprovação de uma matéria polêmica pelo placar de 6 votos a favor e 5 contra, um dos 11 presentes fez a seguinte afirmação: “Basta um de nós mudar de ideia e a decisão será totalmente modificada.”

Considerando a situação apresentada e a proposição correspondente à afirmação feita, julgue os próximos itens.

- 46 A quantidade de maneiras distintas de se formar o placar de 6 votos a favor e 5 contra, na decisão do assunto polêmico pelos presentes no referido colegiado, é inferior a 500.
- 47 A negação da proposição pode ser corretamente expressa por “Basta um de nós não mudar de ideia ou a decisão não será totalmente modificada”.
- 48 A proposição é equivalente, sob o ponto de vista da lógica sentencial, à proposição “Desde que um membro mude de ideia, a decisão será totalmente modificada”.
- 49 A tabela-verdade da referida proposição, construída a partir dos valores lógicos das proposições simples que a compõem, tem mais de 8 linhas.
- 50 Se A for o conjunto dos presentes que votaram a favor e B for o conjunto dos presentes que votaram contra, então o conjunto diferença $A \setminus B$ terá exatamente um elemento.